

**EDcl nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RESP Nº 1.482.089 - PA  
(2014/0234884-9)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**EMBARGANTE : UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO**  
**ADVOGADOS : ALMERINDO AUGUSTO DE VASCONCELLOS TRINDADE -**  
**PA001069**  
**DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE - PA011270**  
**EMBARGADO : DM FOMENTO MERCANTIL LTDA**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO HENRIQUE CAPUTO BASTOS - DF007383**  
**ADEMIR COELHO ARAÚJO - DF018463**  
**RODOLFO MEIRA ROESSING E OUTRO(S) - PA012719**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FACTORING. DUPLICATAS PREVIAMENTE ACEITAS. ENDOSSO À FATURIZADORA. CIRCULAÇÃO E ABSTRAÇÃO DO TÍTULO DE CRÉDITO APÓS O ACEITE. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTE ESPECÍFICO DA SEGUNDA SEÇÃO. PROVIMENTO DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.

**INSURGÊNCIA DA EMBARGANTE.**

**1.** Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do NCPC (art. 535 do CPC/73), o que não se configura na hipótese em tela, porquanto o aresto deste órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado. Inexistindo quaisquer das máculas previstas nos aludidos dispositivos, não há razão para modificar a decisão impugnada. Precedentes.

**2.** Consoante asseverado no acórdão ora embargado, a eg. Segunda Seção, em recente posicionamento (REsp 1.439.749/RS, Rel. Min. **Maria Isabel Gallotti**, DJe de 06/12/2018), trilhou o entendimento no sentido de que se a transmissão dos títulos de créditos em favor da empresa de *factoring* operou-se por endosso, sem questionamento a respeito da boa-fé da endossatária (*factoring*), ou quanto ao aceite voluntariamente apostado no título, aplicam-se as normas próprias do direito cambiário, sendo incabível a oposição de exceções pessoais à endossatária.

**3.** Embargos de declaração **rejeitados**.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade,

# *Superior Tribunal de Justiça*

rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Aurélio Bellizze, Moura Ribeiro, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira e Ricardo Villas Bôas Cueva votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, a Sra. Ministra Nancy Andrigli.

Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator